



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº DE 2014

(Do Sr. Simplício Araújo)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite auditoria no Estado do Maranhão à Controladoria Geral da União – CGU e ao Conselho Nacional de Justiça com o devido acompanhamento do Tribunal de Contas da União – TCU, fiscalização de todos os repasses da União para a Secretaria Estadual de Segurança Pública, Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão e sua devida utilização, analisando contratos e demais fins destes recursos no período de 01/01/2008 a 07/05/2014.

Senhor Presidente,

Com base no artigo 70, da Constituição Federal e do artigo 100, § 1º, combinado com os artigos 60, I e II, 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle auditoria no Estado do Maranhão à Controladoria Geral da União – CGU e ao Conselho Nacional de Justiça com o devido acompanhamento do Tribunal de Contas da União – TCU, fiscalização de todos os repasses da União para a Secretaria Estadual de Segurança Pública, Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão e sua devida utilização, analisando contratos e demais fins destes recursos no período de 01/01/2008 a 07/05/2014.

.

JUSTIFICATIVA

Protocolei em abril (2014) um pedido de intervenção federal na segurança pública do Maranhão, já havia solicitado no ano passado que o Ministério da Justiça procedesse com a intervenção. A má gestão do governo estadual aliada à complacência do governo federal agravou a situação em Pedrinhas (MA).

Afirmo que as providências são urgentes por parte do governo federal para solucionar a crise que se estende e veio à tona no ano passado, no sistema de segurança pública do Maranhão. Aliás, o sistema prisional brasileiro está todo à beira de um colapso, mas a situação no Maranhão é ainda mais grave por causa da má gestão do governo Roseana Sarney.

A Sejap (Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária) solicitou a prorrogação do estado de emergência. O estado de emergência serviria para com a dispensa de licitação; construir dez novos presídios no interior e um na capital, para atenuar a crise que começou com motins e rebeliões. Porém, mais uma vez, como vem acontecendo há muitos anos, o governo estadual apenas promete.

Na prática nada muda. Nada é feito. Trata-se de um governo de promessas e pouca efetividade. Tiveram 180 dias para construir pelo menos um presídio e não fizeram e nem vão fazer porque a segurança pública não é prioridade, assim como não é prioridade educação, saúde e nada que melhore a vida do maranhense.

Em outubro de 2013, o governo do estado decretou estado de emergência prometendo iniciar em dez dias a construção das unidades prisionais que iriam amenizar a crise carcerária. A promessa era a de que, ao fim do prazo de 180 dias estipulado pelo estado de emergência, as penitenciárias estariam prontas e inauguradas. Em janeiro, o governo do Maranhão firmou compromisso para implementar onze medidas organizadas pelo Comitê Gestor de Ações Integradas para a resolução da crise no sistema penitenciário.

Sem nenhuma unidade prisional concluída, a Sejap solicitou no dia 21 de março ao governo do estado que estendesse por mais 180 dias o prazo para a reformulação do sistema carcerário maranhense. Mantido o déficit de 2.554 vagas nas prisões e delegacias do estado, as fugas, motins e assassinatos continuam acontecendo nas unidades, especialmente em Pedrinhas (MA), presídio considerado o mais violento do país.

De acordo com os dados do Conselho Nacional de Justiça, já passa de 60, o número de detentos assassinados em Pedrinhas (MA) desde 2013. Homens da Força Nacional, do Batalhão de Choque da Polícia Militar e do Grupo Especial de Operações Prisionais ainda exercem o papel de agentes penitenciários no presídio.

O governo do estado não tem cumprido o acordo que fez com policiais militares e bombeiros do estado. Não sei mais o que é preciso acontecer no Maranhão para que exista uma intervenção federal. Há facções criminosas que têm o controle interno e ultrapassam os muros do presídio fazendo articulações, promovendo rebeliões e colocando em risco a vida da população. Isso precisa acabar.

Diante do exposto espero contar com o apoio dos colegas Parlamentares, Membros da Comissão, bem como, do Nobre Presidente na condução da proposta.

Sala das Comissões, em de maio de 2014.

Deputado Simplício Araújo SOLIDARIEDADE/MA